

PODER

Atuação “livre de viés político”

Afirmação é do diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, um dia depois de Lula se queixar de vazamentos no inquérito que investiga o filho

» RENATO SOUZA

O diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, afirmou, ontem, que a corporação atua “livre de qualquer viés político” e não trabalha para perseguir ou proteger ninguém. A declaração veio no dia seguinte à queixa do presidente de Luiz Inácio Lula da Silva, na sabatina da Rede Globo, na noite de quinta-feira, sobre os sucessivos vazamentos da investigação da PF contra Fabio Luís Lula da Silva, o Lulinha, e Marco Aurélio Santana Ribeiro, o Marcola, ex-chefe de Gabinete do presidente da República.

“Hoje temos uma polícia que atua com autonomia, guiada pela Constituição e pelas leis, pela responsabilidade institucional e compromisso com a Justiça e a sociedade. Tenho total tranquilidade em afirmar, sem rodeios, que nesta gestão trabalhamos com transparência e foco na missão institucional, sem proteger ou perseguir, com atuação vigorosa e intransigente no combate ao crime organizado”, disse Andrei, na cerimônia de formatura de novos agentes, da qual participaram o vice-presidente Geraldo Alckmin e o ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington César.

O diretor-geral da PF reforçou que a corporação tem “atuação técnica, imparcial, livre de qualquer viés político” e que isso “é o que permite defender nossa instituição de qualquer ataque, não importa de onde venha”.

Na sabatina da Globo, Lula reclamou dos vazamentos. “A Polícia Federal está investigando

Reprodução/Globo News



Temos uma polícia que atua com autonomia, guiada pela Constituição e pelas leis, pela responsabilidade institucional e compromisso com a Justiça e a sociedade. Tenho tranquilidade em afirmar que nesta gestão trabalhamos com transparência, sem proteger ou perseguir, com atuação vigorosa no combate ao crime organizado”

Andrei Rodrigues,
diretor-geral da Polícia Federal

e a Polícia Federal está vazando as coisas para a imprensa, e eu espero que aconteça o julgamento. Se tiver que vir prestar depoimento, ele (Fabio Luís) vai prestar depoimento, vai participar dos inquéritos. Se ele for culpado, pagará o preço. Se não for, ele será inocentado”, disse o presidente.

Desde que a PF começou a

investigar Lulinha, em três inquéritos que giram em torno de suposto tráfico de influência em contratos no governo, o presidente tem insistido que o primogênito não será beneficiado nos inquéritos. Ao mesmo tempo em que diz acreditar que o filho é inocente, Lula tem afirmado que Lulinha deve dar explicações aos policiais.

Andrei enfrenta um desgaste

pela condução da investigação contra Lulinha e Marcola. A principal aresta é na relação com o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), relator do caso na Corte. O magistrado vem sendo acusado de interferir nas atribuições da corporação no inquérito que apura as fraudes no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

A diligência mira Lulinha. Mas, até agora, não foram encontradas provas de envolvimento dele em atos criminosos. Mendonça determinou que qualquer alteração na equipe de investigação seja informada a ele, assim como determinou o envio para o STF do material bruto encontrado na quebra de sigilos dos investigados.

Na quinta-feira, o advogado-geral da União, Jorge Messias, reuniu-se com o presidente do STF, Edson Fachin, no intervalo da sessão do Plenário. A PF quer que Messias questione judicialmente decisões de Mendonça no âmbito do processo. O AGU, porém, estaria inclinado a tentar uma solução que não passe por uma ação na Corte. **(Com Agência Estado)**

Reprodução/Redes Sociais



Ex-banqueiro negou que tivesse corrompido servidores do BC

Vorcaro acena para acordo de delação



Daniel externou, ainda, sua plena disposição de prestar esclarecimentos mais amplos e aprofundados”

Trecho da nota dos advogados de Vercaro

plena disposição de prestar esclarecimentos mais amplos e aprofundados sobre os fatos, desde que lhe seja efetivamente assegurada a possibilidade de colaborar”, completa o texto dos advogados do ex-banqueiro.

O depoimento foi no âmbito do inquérito que investiga a atuação dos ex-diretores do BC Paulo Sérgio Neves de Souza e Bellini Santana. Segundo a investigação, ambos são suspeitos de ter recebido propinas em troca de uma consultoria informal ao dono do Master durante o processo de tentativa de venda ao Banco de Brasília (BRB). O ex-banqueiro disse que os pagamentos feitos a eles não continham irregularidades.

Belline foi contratado por um operador de Vercaro para uma consultoria em um projeto para conectar jovens da periferia ao mercado financeiro, que a PF diz ter sido apenas de fachada. Paulo Sérgio, por sua vez, vendeu um terreno ao cunhado de Vercaro, Fabiano Zettel — que também está preso.

No depoimento, Vercaro disse que os pagamentos a Belline foram efetivamente para um projeto de jovens e que a transação com Paulo Sérgio foi definida por seu cunhado para um investimento imobiliário. A oitiva ocorreu por videoconferência de dentro da unidade prisional da Papudinha, onde o ex-banqueiro

está detido há cerca de dois meses.

Vorcaro tenta firmar um acordo de delação que o possibilite deixar a Papudinha e ir para a prisão domiciliar. Investigadores deram aval, na semana passada, para a abertura de um canal de comunicação com o ex-banqueiro, a fim de que ele possa colaborar com as investigações. A defesa tem a expectativa de avançar nas negociações na próxima semana, em um diálogo inicial com os integrantes da equipe que apura as fraudes envolvendo o Master.

Os investigadores exigem que, desta vez, Vercaro aponte, com detalhes, onde está o dinheiro desviado no esquema do Master, inclusive os valores bilionários obtidos com a venda de títulos imprestáveis ao BRB. A suspeita é de que os valores estejam em paraísos fiscais no exterior, especialmente em contas em nomes de laranjas em Dubai, nos Emirados Árabes. A investigação ainda não identificou quais são essas contas e a quem pertencem. **(Renato Souza com Agência Estado)**

CARBONO OCULTO

Ataque a CNPJs e postos irregulares

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a Receita Federal e a Polícia Civil de São Paulo deflagraram, ontem, a terceira fase da Operação Carbono Oculto, que mira a infiltração do Primeiro Comando da Capital (PCC) no setor de combustíveis. Batizada de Operação Bomba Oculta, a ofensiva encerrou cerca de 1,2 mil CNPJs e 228 inscrições estaduais. Ao todo, seis postos clandestinos foram lacrados na capital paulista.

A Operação Bomba Oculta deu sequência ao desmantelamento do esquema de fraudes, sonegação e lavagem de dinheiro no setor de combustíveis, que veio à tona com a Operação Carbono Oculto, que completou um ano ontem. Desde 2019, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) revogou a autorização de funcionamento de mais de 10 mil postos de combustíveis.

A Carbono Oculto revelou como os tentáculos do crime organizado penetraram em diferentes etapas da cadeia nacional de combustíveis, da importação e produção à distribuição e revenda. O setor, segundo as investigações, tornou-se um instrumento eficaz para lavagem de dinheiro do tráfico de drogas.

Na quarta-feira, o Ministério Público de São Paulo (MP-SP) denunciou 16 alvos da Carbono Oculto. Eles são acusados de organização criminosa e lavagem de dinheiro em conexão com o PCC.

Segundo a Promotoria, os denunciados teriam integrado, promovido e financiado uma organização criminosa, com divisão de tarefas voltada à prática de crimes como adulteração de combustíveis, falsidade documental, fraude contra o consumidor e crimes fiscais. O grupo também manterá conexão com outras organizações criminosas independentes.

O empresário Roberto Augusto Leme da Silva, o Beto Louco, que está foragido e apontado como um dos cérebros do esquema, é um dos 16 denunciados. Sua defesa informou que não teve acesso aos autos. “Contudo, diante do que foi informado pela mídia, os fatos tratados na denúncia não têm nenhum relacionamento com Roberto. Sua inclusão no processo parece uma infeliz tentativa de gerar repercussão midiática, como já ocorreu anteriormente”, disse, em nota.

A Operação Fluxo Oculto, segunda fase da Carbono Oculto, identificou que quatro fundos de investimento suspeitos de integrar um esquema de desvio de nafta ligado ao PCC acumulam patrimônio estimado em R\$ 205 milhões. As investigações apontam que a facção estruturou um esquema de abertura de empresas em diversas unidades da Federação para sustentar as fraudes.

Divulgação/Procuradoria da Fazenda Nacional



Audidores-fiscais lacraram postos de combustíveis suspeitos de servirem à lavagem de dinheiro do PCC